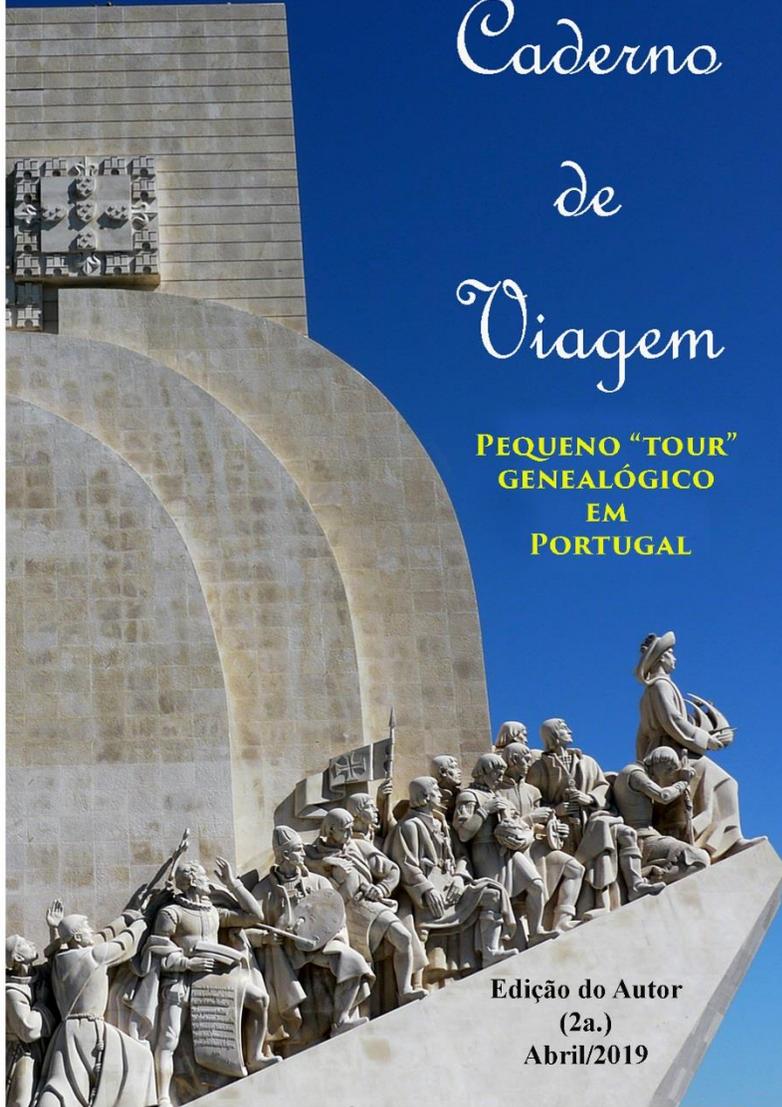


**RUBENS R. CÂMARA**

*Caderno  
de  
Viagem*

**PEQUENO "TOUR"  
GENEALÓGICO  
EM  
PORTUGAL**



**Edição do Autor  
(2a.)  
Abril/2019**



# **CADERNO DE VIAGEM**

Pequeno “*tour*” genealógico em Portugal



**RUBENS R. CÂMARA**

# **CADERNO DE VIAGEM**

**Pequeno “*tour*” genealógico em Portugal**

**PORTUGAL – BRASIL**

**DEZEMBRO/2018**

TÍTULO  
CADERNO DE VIAGEM  
Pequeno “*tour*” genealógico em Portugal

AUTOR  
Rubens R. Câmara

CAPA  
Monumento aos Navegantes  
Belém, Lisboa, Portugal

Fotografias  
Rubens R. Câmara<sup>1</sup>

Revisão  
Danilo Fernandes Rocha  
Paulo José de Souza

Edição do Autor  
(2ª. edição – revisada)

Abril/2019

C172b CÂMARA, Rubens R.

Caderno de Viagem – Pequeno “*tour*” genealógico em Portugal  
de Rubens Rodrigues Câmara /

Rubens R. Câmara – Belo Horizonte (MG): [ 2ª.Edição.], 2019.

60p.

ISBN

2.História – Genealogia – Cristãos-novos – Portugal – Brasil

---

<sup>1</sup> Exceto as de páginas 11, 17, 18, 29, 37 e 38, creditadas à “Google Images”.

Para  
Rudicar Antônio Câmara  
*“In memoriam”*  
(1974-2018)

Especial agradecimento

a

José Francisco de Paula Sobrinho

## Capítulo I

### LISBOA, À VISTA!

O comandante do Airbus A330-200 da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, anuncia os procedimentos para aterrissagem no aeroporto Humberto Delgado de Lisboa. São seis horas da manhã, céu limpo, temperatura 18 graus centígrados.

Lanço um olhar pela janela do avião, pois gostaria de ver Lisboa do alto. Contudo, apenas pontos da iluminação pública, dos edifícios, monumentos e veículos são percebidos, pois os primeiros raios de sol do dia 24 de setembro de 2018 ainda não invadiram o breu da madrugada.

Respiro fundo... Dois ou três segundos de meditação! Agora sou um Pedro Álvares Cabral ao contrário: no modo, venho pelos ares; no espaço, chego ao Velho Mundo; e no tempo, cinco séculos depois dele!

Estou prestes a descobrir Portugal...

Não é a primeira vez que venho à “Lusitânia”, mas o olhar agora é outro, porque são muitos os olhares que trago em minhas retinas. Venho a Portugal munido não apenas de minha própria curiosidade, mas também a de parentes, amigos e colegas de genealogia. Esta é uma viagem de cunho sentimental, tendo como objetivo conhecer os lugares onde viveram alguns de meus antepassados que partiram daqui, há séculos, em direção ao Brasil, numa viagem sem volta! Posso dizer que trago também a curiosidade de muitos desses antepassados!

Antes que o eventual leitor deste “CADERNO DE VIAGEM” me considere louco, afirmo que efetivamente “não bato bem da cachola”. Mas não é para menos! Há quase três décadas, pesquiso meus antepassados, buscando documentos, dados, enfim, quaisquer rastros desses avoengos. Ao longo desse tempo, fui encontrando informações que me permitiram remontar-lhes, ainda que minimamente, suas histórias de vida, revelando-lhes a intimidade, atividades, sucessos e fracas-

sos. Dessa forma, fui criando com eles uma certa familiaridade, estabelecendo uma comunicação espontânea e íntima com esses meus avós, que viveram há cem, duzentos, trezentos e mais anos.

Nesse ponto, o prezado leitor bate o martelo: “Meu amigo Rubens Câmara surtou de vez”!

Tudo bem! Pensando assim, o leitor não vai se surpreender, em certos pontos deste relato, se eu deixar de me dirigir a ele e trocar algumas palavras com esse ou aquele antepassado... Papo de família!

Mas vamos lá!

Em Lisboa, minha primeira visita foi à Igreja de São Nicolau, bem no centro da cidade. Essa região foi duramente atingida pelo



Igreja de São Nicolau

terrível terremoto (terramoto, no português de Portugal) em 1755, que deixou um rastro de destruição de vidas, prédios e documentos. A Igreja Matriz de São Nicolau ficou em ruínas, como se pode ver no registro iconográfico da época.



Igreja de São Nicolau em ruínas, 1755

Meu 7º avô, José da Costa Fialho, nascido em abril de 1698, foi batizado nessa Igreja, meio século antes do terremoto. Era muito jovem quando deixou os pais na Freguesia de São Nicolau de Lisboa e foi dar com os costados em Olinda, Pernambuco. Nessa cidade, com vinte e dois de idade, casou-se, em janeiro de 1720, com Maria de Souza Delgado, e lá nasceu a filha deles, Ana Quitéria de Souza, minha hexavó. Esta, já em Minas Gerais, casou-se com meu 6º avô, também português, João Gonçalves de Mello, originário de Trás-os-Montes, Vila de Chaves, de quem tratarei mais à frente.

Em Olinda, nasceram, além de Ana Quitéria, outros filhos, dentre estes, Francisco Xavier. Em 1745, uma década antes do terremoto, Francisco Xavier da Costa Fialho já havia se habilitado ao sacerdócio católico no Brasil<sup>2</sup>. Era chamado “*de Generis et Moribus*” o processo eclesiástico usado para comprovação de certos requisitos exigidos para que o requerente fosse admitido às ordens sacras ou ofícios públicos. Para instruir esse processo, o habilitando tinha que obter traslados

---

<sup>2</sup> Processo de Habilitação do padre Francisco Xavier da Costa Fialho (Armário 4, pasta 646, ano de 1754, Arquivo Diocesano da Cúria de Mariana)

dos registros de nascimento e casamento dos pais e dos avós, bem como de depoimentos de paroquianos que tivessem conhecido a família e atestassem que era cristã-velha, “*limpa de sangue*”, sólida financeiramente e de boa reputação. “*Limpeza de Sangue*” era o termo usado para dizer que o requerente não tinha “*raça alguma de judeu, mouro, mourisco, mulato, herege ou outra infecta nação*”.

Como muitos livros paroquiais se perderam no terremoto de 1755, os autos desse processo, hoje preservados no Arquivo da Cúria de Mariana, MG, foram importantes para recuperar muitos dados e memória dessa família. Um depoente, por exemplo, declarou que a família Costa Fialho morava “*na travessa atrás da /rua/ N.S. da Palma*”, “*que ficava por detrás da Igreja de S. Nicolau*”. A Rua Palma ainda existe em Lisboa, ficando a cerca de 800 metros da Igreja de São Nicolau. Há também referência a uma Travessa da Palma, mais próxima da Igreja de São Nicolau, cerca de 500 metros, e que não é transitável por veículos. Há ali uma escadaria que serve de passagem a pedestres.



Travessa da Palma

Nessa travessa, vê-se que há uma ruína de um prédio antigo, propositadamente preservado. Teria essa construção resistido ao terremoto? O certo é que dali pode-se avistar ao longe, no topo de uma das colinas de Lisboa, o Castelo de São Jorge, que certamente deve ter sido visto por meus antepassados diariamente, há cerca de trezentos anos.



Castelo de São Jorge, visto da Travessa da Palma

Obviamente que as ruas e os prédios que hoje vejo não guardam semelhança alguma com o ambiente da época em que meus antepassados aqui viveram nos anos 1600! Sinto-me, porém, conectando as duas épocas, sentindo as energias, saciando a minha curiosidade e a dos meus ancestrais.

Mas ouço “vozes” cochichando ao meu ouvido, em tons de ciúme, pois iniciei este “CADERNO DE VIAGEM” falando dos Costa Fialho, gente humilde, deixando uns “nobres” em segundo plano.

Tudo bem, meus nobres antepassados! Daqui a pouco vou ao bairro de vocês. Por enquanto, ainda tenho mais umas palavrinhas sobre os Costa Fialho.

Qualquer pessoa que se dedicar a investigar seus antepassados, irá identificar indivíduos de toda sorte. Nobres, padres, comerciantes ricos e pobres, filhos naturais e ilegítimos, ou de pais desconhecidos, negros, grandes conquistadores e inclassificáveis charlatões, judeus, senhores abastados, miseráveis escravos, indígenas, literatos, analfabetos e tantos outros que compõem a constelação ancestral de cada um de nós.

Realmente, os Costa Fialho eram gente humilde. Nessa região atrás da Igreja de São Nicolau, aglomeravam-se os forneiros. Na dicção moderna, a profissão dos forneiros corresponde à dos latoeiros e funileiros. Os pais e avós de José da Costa Fialho exerciam essa profissão. Muitos dos depoentes no processo de habilitação de Francisco Xavier eram também forneiros, sendo que um deles declarou residir na “*rua dos forneiros*”.

Meu heptavô, José da Costa Fialho, não seguiu a profissão de seus familiares, pois aprendeu o ofício de barbeiro. Vale também uma explicação. Barbeiro, àquela época, tinha uma conotação diferente da de hoje. Não se tratava apenas da profissão de cortar cabelos. Na verdade, o barbeiro tinha algum conhecimento de medicina, sendo habilitado a curar feridas, fazer sangrias, aplicar ventosas e manipular medicamentos naturais.

Forneiros, cutedeiros, latoeiros, tanoeiros, sapateiros e outros artesãos em geral tinham expressiva importância na vida econômica da época. Para exercer essas profissões manuais, os pretendentes tinham que se qualificar por meio de exames aplicados por mestres desses ofícios. Contudo, embora alcançassem bom nível financeiro, não eram elegíveis para ocupar cargos públicos, que só poderiam ser ocupados por quem provasse que era “*limpo de sangue*” e de origem nobre, ou seja, que seus ascendentes não exerciam, ou exerceram, ofícios manuais.

Bom, feitos esses esclarecimentos, vamos dar atenção aos meus “nobres”, que eram da Freguesia de Nossa Senhora do Loreto.

A Igreja do Loreto<sup>3</sup> está situada junto ao Largo do Chiado, fazendo esquina com a Rua da Misericórdia, no centro histórico de Lisboa. Com o terremoto de 1755, o templo sofreu grandes estragos, tendo sido reconstruído em 1785. A Igreja, também chamada Igreja dos Italianos, foi elevada por D. João V em 1518, para acolher os muitos italianos, principalmente venezianos e genoveses, comerciantes em Lisboa.



Igreja do Loreto

Pode-se dizer que ficava nos arredores da Igreja de Nossa Senhora do Loreto o “centro nervoso” das atividades mercantis e econômicas em geral. Além dos italianos, ali se concentravam estrangeiros de diversas origens, raças, etnias e cabedais.

No ano de 2018, comemoraram-se os quinhentos anos da Igreja de Nossa Senhora de Loreto, como se pode ler na faixa comemorativa, em italiano, afixada na lateral do templo: "*Chiesa della Madonna di Loretto - 500 Anni*". Meus nobres antepassados moravam nas redondezas dessa igreja nos anos 1600.

---

<sup>3</sup> O nome Loreto é referência a cidadezinha italiana na região de Ancona

Mas eram, de fato, nobres?

Não! Não eram nobres “de verdade”. Sem me alongar muito nesta questão, afinal de contas este é apenas um “CADERNO DE VIAGEM”, esclareço que meus antepassados pertenciam à classe dos “*moços da Câmara*”, que tinha direitos e privilégios garantidos pelas Ordenações do Reino, muito embora essa classe fosse a menor na escala da nobreza<sup>4</sup>.

Os mais antigos nesse ramo da família foram Baltazar Afonso de Negreiros, “*Cavaleiro-fidalgo da Casa Real*”, natural da vila de Barcelos, casado com Catarina de Avelar, natural de Vila Gavinha, termo de Alenquer, moradores na cidade de Lisboa, e seu filho, Estêvão Cardoso de Negreiros, que era “*escrivão da Fazenda do Duque de Aveiro*”. Eles moravam no famoso bairro do Loreto, na “*Rua das Partilhas*”, onde nasceu meu 10º avô, Lourenço Cardoso de Negreiros, batizado em 1602<sup>5</sup>, e que veio para o Brasil, usando uma expressão deplorável em termos literários, “meio que fugido”.

Não consegui identificar plenamente onde seria a “*Rua das Partilhas*”, mas localizei, num histórico sobre ruas antigas de Lisboa, a de nome “*Rosa das Partilhas*” e que, hoje, denomina-se apenas “*da Rosa*”, no Loreto. Já a irmã de meu antepassado, Dona<sup>6</sup> Catarina do Avelar, nasceu no mesmo bairro, mais especificamente na “*Rua da Atalaia*”, que existe até hoje com a mesma denominação.

Repito a mesma reflexão que fiz ao falar sobre a Rua da Palma, onde moraram os Costa Fialho, ou seja, talvez as atuais Ruas da Rosa e Atalaia não guardem mais qualquer semelhança com as antigas ruas “*das Partilhas*” e “*Atalaia*”, mas a conexão presente-passado está feita, e é esse o objetivo desta minha viagem.

---

<sup>4</sup> BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Uma tradição secular: Estêvãos e Lourenços Cardosos de Negreiros. In Revista da ASBRAP nº 7, p. 172

<sup>5</sup> PT-ADLSB-PRQ-PLSB58-004-M4\_m0265.TIF (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

<sup>6</sup> O tratamento “*Dona*” era atribuído às mulheres que tinham algum título de nobreza por próprio mérito ou por casamento.

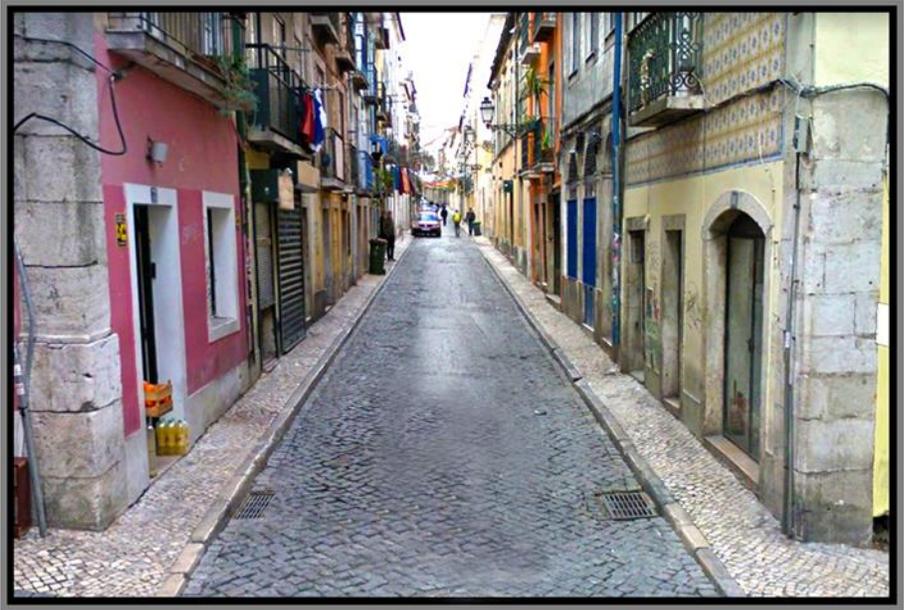


Rua da Rosa

Para se entender porque meu antepassado saiu de Portugal “meio que fugido”, voltemos um pouco mais no tempo, dentro do passado.

Em 1498, D. Manuel I, cedendo à pressão dos Reis Católicos da Espanha, havia decretado a expulsão dos judeus do solo português, nos mesmos moldes do decreto espanhol, ou seja, oferecendo-lhes a permissão para permanecer no reino, mediante a conversão espontânea ao Cristianismo. Contudo, assim como acontecera na Espanha, os judeus preferiram deixar o país a abjurarem sua fé. D. Manoel I, no entanto, para evitar que a saída em massa dos judeus causasse o enfraquecimento das finanças do país, decidiu batizar forçadamente os israelitas, isentando-os de deixarem o país, desde que observassem a religião católica.

Em 1536, foi estabelecido Tribunal da Inquisição em Portugal, que tinha como objetivo combater a heresia, apostasia, infâmias à crença católica. Os grupos sociais mais atingidos foram os chamados



**Rua da Atalaia**

"*infectos de sangue*" (árabes, negros, mulatos, judeus, ciganos etc), e os de conduta reprovável (feiticeiros, adúlteros, sodomíticos etc).

Como a comunidade judaica, entre os "*infectos de sangue*", era a de número mais significativo em Portugal, a maior parte dos processos da Inquisição foi contra os cristãos-novos, ou seja, judeus convertidos à força ao Catolicismo, bem como seus descendentes.

A maior parte dos conversos e seus descendentes, embora professasse a religião católica ostensivamente, observava, na intimidade de seus lares, os rituais e costumes judaicos. Essa conduta, no entanto, era considerada herética pelo Tribunal do Santo Ofício. Assim, uma vez denunciados, os cristãos-novos eram presos, processados e condenados pelo Santo Ofício, podendo incorrer em uma ou mais penas, tais como, açoite, cárcere, exílio, confisco de bens, uso de vestimentas vexatórias e, a mais terrível de todas, a morte na fogueira.

A família Cardoso de Negreiros era de origem cristã-nova, ou seja, descendente de judeus convertidos à força ao Cristianismo, e

muitos de seus membros professavam veladamente costumes e rituais judaicos.

Por outro lado, a família Cardoso de Negreiros gozava de certo prestígio perante a nobreza, exercendo cargos de confiança. Não era incomum que cristãos-novos, dadas suas habilidades financeiras, ocupassem relevantes cargos em diversos órgãos da administração do reino. Os nobres que os empregavam, depositavam neles sua confiança e, diante da lealdade desses nomeados, em contrapartida, davam-lhes uma certa proteção.

Contudo, como os Inquisidores forçavam os réus já presos a delatarem parentes e conhecidos que fossem observantes de costumes judaicos, empregando, para esse fim, o expediente da tortura, mais cedo ou mais tarde, a família Cardoso de Negreiros seria denunciada ao Santo Ofício.

É possível que o Duque de Aveiro, de quem meu antepassado, Estêvão Cardoso de Negreiros, era “*escrivão da Fazenda*”, tenha aconselhado e, até mesmo, feito arranjos para que os indivíduos mais jovens da família deixassem Portugal, antes que as investigações do Santo Ofício os atingissem.

De fato, em 1669, quando alguns membros da família foram denunciados à Inquisição, uma geração inteira dos Cardosos de Negreiras já havia debandado para as colônias.

Nesse ano, foram presas Dona Catarina do Avelar<sup>7</sup>, irmã do meu antepassado Lourenço Cardoso de Negreiros, e suas filhas Dona Catarina do Avelar<sup>8</sup>, a moça, e Dona Maria de Mesquita<sup>9</sup>, todas acusadas de judaísmo.

Nos autos desta última, constata-se que, de fato, a família era tida por cristã-nova já de longa data, tendo quatro testemunhas declarado “*que o dito Estêvão Cardoso de Negreiros era tido e havido por*

---

<sup>7</sup> ANTT/ Inquisição de Coimbra. Processo nº 4504

<sup>8</sup> ANTT/ Inquisição de Coimbra. Processo nº 9289

<sup>9</sup> ANTT/ Inquisição de Coimbra. Processo nº 2440

*cristão-novo*". Afirmações essas endossadas pelos "Excelentíssimo Sr. Duque Inquisidor General João Galo Travesso e Jerônimo Correia de Gueiros", que acrescentaram que tal fama corria, "sem interrupção entre pessoas de qualidade e derivada dos antigos aos presentes aos quais a passaram mais provavelmente por terem certa e infalível razão de saberem a origem da cristãnovisse /sic/ do dito Estêvão Cardoso de Negreiros, no Azeitão". Nessa localidade, morava o Duque de Aveiro, de cuja residência Estêvão, como seu escrivão, era assíduo frequentador. Portanto, não fosse o silêncio dessas pessoas, a família já teria sido denunciada ao Santo Ofício há mais tempo.

Já dos autos do processo de Dona Catarina do Avelar, irmã de meu antepassado Lourenço Cardoso de Negreiros, tomamos conhecimento dos detalhes da fuga dos parentes.

Dona Catarina, a velha, declarou que seus tios paternos, maternos e irmãos já haviam deixado o Reino, há muitos anos, em direção às Índias, Peru e Brasil. Relativamente a meu antepassado, Lourenço Cardoso de Negreiros, Dona Catarina declarou que ele "foi morador nas Índias de Castela /Peru/ não sabe parte certa /que/ vivia de sua fazenda, e ouviu dizer /que se/ casara com uma filha de um capitão da qual teve filhos, não lhe/s/ sabe os nomes, nem a qualidade da mulher, nem sabe se é vivo ou morto".

De fato, Lourenço, ainda muito jovem, passou pelo Peru, fixando-se, mais tarde, no Brasil, onde se casou em 1629<sup>10</sup>, ou seja, quarenta anos antes de sua irmã Dona Catarina ter sido presa pelo Santo Ofício.

De qualquer forma, essa gente se espalhou pelas colônias sempre com destaque, quer seja exercendo cargos administrativos, quer seja no clero, mantendo certo "status" de nobreza. No Novo Mundo, não foram importunados pela Inquisição.

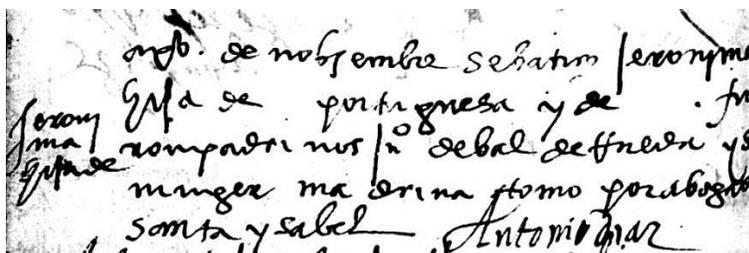
---

<sup>10</sup> BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Uma tradição secular: Estêvãos e Lourenços Cardosos de Negreiros. In Revista da ASBRAP nº 7

O historiador Marcelo Bogaciovas Meira do Amaral percebeu em seus estudos genealógicos que os Cardoso de Negreiros preservaram uma tradição que consistia, num procedimento típico da nobreza, em que ao primogênito de um fulano era dado o nome de seu avô paterno. Na família Cardoso de Negreiros, por cerca de três séculos, observou-se o costume de dar ao primogênito de um Estêvão o nome de Lourenço e, ao deste, o de Estêvão. Tradição essa que se quebrou nos meados de 1800.

Meus nobres antepassados certamente estão satisfeitos por lhes ter dado a atenção que mereciam, ou reclamavam! Ficaram sem uma abordagem mais aprofundada os avós maternos de Lourenço Cardoso de Negreiros, a saber, Jerônimo Pinheiro Lobato, que foi “*moço da câmara do senhor rei D. Sebastião*”, e Jerônima Portuguesa, meus 12<sup>os</sup> avós, tendo em vista que, embora haja notícia de que eram naturais e moradores de Lisboa, não se conhece a rua, ou a região, onde residiram. Chama a atenção o inusitado sobrenome de Jerônima, *Portuguesa*! Seria filha de uma Jerônima de outra nacionalidade, já que no Loreto viviam muitas famílias estrangeiras? Em recente pesquisa, encontrou-se o seguinte assento de batismo realizado em Valladolid, Espanha, no ano de 1551, que é compatível com a época estimada de nascimento de Jerônima Portuguesa, 1545 a 1555:

“*Onze de Novembre se batizou Ieronyma /Jerônima/ Enf<sup>a</sup> /infanta/ de /em branco/ portuguesa y de /em branco/ fueram padrinos In<sup>o</sup> /Jerônimo/ de bal de Rueda y s/u/ muger madrina tomo por abogad/a/ Santa Ysabel – Antonio Diaz./à margem dir./ Jeronyma Infanta”<sup>11</sup>*



<sup>11</sup> <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSX1-4YSX>

O curioso é que nessa Paróquia de São Pedro de Valladolid encontram-se muitos assentos de batismos, casamentos e óbitos envolvendo pessoas de sobrenomes “*Português*” e “*Portuguesa*”. Deixando voar a imaginação genealógica, pode-se aventar a hipótese de que famílias portuguesas radicadas em Valladolid tenham ficado conhecidas por sua nacionalidade, em detrimento de seus sobrenomes originais, que se perderam.

O marido de Jerônima Portuguesa era Jerônimo Pinheiro Lobato. O sobrenome Lobato é também de origem espanhola, tanto em razão da toponímia, tendo em vista as localidades chamadas Lobaton nas províncias de Córdoba e Valladolid, como em decorrência de ter sido usado como alcunha que significa “pequeno lobo”. Lobato também foi adotado por cristãos-novos, judeus convertidos ao cristianismo, fazendo referência ao nome hebraico Ze’ev, que significa “lobo”. No século XVI, destacou-se Abraham Cohen Lobato, conhecido criptojudeu de origem portuguesa. Talvez descendente deste, foi Rehuel Lobato (1796-1866), matemático holandês<sup>12</sup>.

No processo da Inquisição contra Dona Catarina do Avelar, ela declarou que um dos seus irmãos, Jerônimo Pinheiro Lobato, homônimo do avô, foi morador do Azeitão e teria falecido solteiro “*de onze ou doze anos de idade*”, sem deixar descendência. Contudo, dois indivíduos chamados Jerônimo Pinheiro Lobato, um filho do outro, “aparecem” no Brasil, a partir da metade dos anos 1600, onde já vivia o outro irmão de Dona Catarina do Avelar, Lourenço Cardoso de Negreiros.

Assim, parece-me clara a intenção de Dona Catarina do Avelar de desviar a atenção do Santo Ofício desse seu irmão, declarando-o como falecido.

Volto-me aos plebeus!

Em Lisboa, viveram também meus antepassados Antônio Rodrigues e Ana Maria, cujo nome de família talvez fosse Costa, tendo em vista que meu 7º avô, seu filho, adotou, no Brasil, o nome completo

---

<sup>12</sup> <https://www.jewishvirtuallibrary.org/lobato>

de José Rodrigues da Costa. A família era originária da Freguesia de São Bartolomeu da Charneca, que fica a dez quilômetros do centro de Lisboa, e que, à época, talvez estivesse localizada numa área rural e seus moradores fossem, em sua maioria, lavradores. Hoje, essa região está dentro do perímetro urbano de Lisboa.

A atual Igreja de São Bartolomeu foi edificada, em 1685, no mesmo lugar da primitiva sede da paróquia. Ela apresenta alguns elementos dos anos 1500, como duas pias de água benta e lápides sepulcrais com inscrições góticas. Ao lado do templo encontra-se um antigo cemitério.



Igreja de São Bartolomeu da Charneca

Como José Rodrigues da Costa nasceu em 1699, talvez essa igreja guarde aparência bem similar à da época do batizado desse antepassado.

Por fim, cabe esclarecer que meus antepassados José Rodrigues da Costa e Lourenço Cardoso de Negreiros não foram contemporâneos. Aquele nasceu em 1699 quando este, provavelmente, já havia

falecido no Brasil. Mas há uma curiosidade, qual seja, Antônio Rodrigues da Costa, meu 6º avô, filho de José Rodrigues da Costa, casou-se, no Brasil, com Catarina Rosa Maria, trineta de Lourenço Cardoso de Negreiros. Não sei qual a reação de cada qual diante dessa revelação, se torcem os narizes um para o outro, ou se confraternizam! Coube-me promover o encontro!

Bom, vou me despedir de Lisboa e desses personagens que agora voltam aos respectivos limbos. Há outros antepassados, originários de distantes lugares desta nação encantadora, que certamente estão ansiosos por me encontrarem.

Antes, porém, quero me reportar a dois terríveis fatos que ocorreram em Lisboa, cujas memórias são envoltas em tristeza. O primeiro, já referido neste capítulo, foi o terremoto que ocorreu em 1755, vitimando fatalmente cerca de 70.000 pessoas.

Como José da Costa Fialho, cuja família morava numa das regiões mais atingidas, veio para o Brasil por volta de 1720, portanto, três décadas antes desse trágico evento, não creio que algum antepassado tenha morrido nessa tragédia. Contudo, é bem provável que parentes distantes de José da Costa Fialho tenham sucumbido nessa fatalidade.

Outro trágico evento, ocorrido dois séculos antes do terremoto, foi o massacre do Largo de São Domingos, no qual uma multidão perseguiu, torturou e matou milhares de judeus, mais de 4000, segundo o relato contemporâneo de Garcia de Resende. E toda essa carnificina originou-se de um fato banal. Na capela do mosteiro de São Domingos, estavam reunidos paroquianos em oração por ocasião da Páscoa, quando alguém percebeu um certo brilho vindo do retábulo onde havia um crucifixo e julgou tratar-se de uma manifestação milagrosa da imagem, causando comoção nos presentes. Um cristão-novo, contudo, tentou esclarecer que se tratava de mero reflexo de uma vela acesa ao lado da imagem de Jesus. Ouvindo isto, alguns fiéis, entendendo que se tratava de uma prova de heresia do converso, arrastaram-no pelos cabelos e, fora da igreja, mataram-no e queimaram seu corpo. Incitada por um

frade que dizia serem os judeus a causa da seca, fome e peste que assolavam o país, a população, naquele mesmo dia, iniciou uma perseguição aos cristãos-novos (judeus convertidos ao cristianismo, ou seus descendentes), arrancando-os de suas casas, torturando-os e, finalmente, assassinando-os por vários meios cruéis, incluindo a queima em fogueiras.

Talvez algum antepassado, ou colateral, de origem judaica tenha sido vítima dessa carnificina. Não há como saber.

Nesse local, hoje, há um marco em memória desse trágico incidente, com os seguintes dizeres:

***“1506-2006 / Em memória / dos milhares de judeus vítimas / da intolerância e do / fanatismo religioso/ assassinados no massacre / iniciado a 19 de abril de 1506 / neste largo / 5266-5766”.***



Largo de São Domingos

## Capítulo II

### PORTO, À VISTA!

No Brasil, somos acostumados a longas distâncias. De Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, “*é um pulo, uai!*”, como se diz no dialeto mineiro, 440 km. Em Portugal, de norte a sul, de Valença ao Faro, são 660 km, mais ou menos. Ou seja, nem a metade do caminho de BH a Porto Alegre, “*chê!*”!

Mas essa gente daqui, há quinhentos anos, tinha medo de longas distâncias? Não! E de “*mares nunca dantes navegados?*”? Também não, “*ô pá!*”!

Então, por terem sido tão destemidos, é que os portugueses construíram um grande império, semeando idioma, etnia, costumes, cultura e religiosidade pelos quatro cantos do mundo. Somente durante o período colonial, cerca de 800 mil portugueses foram para o Brasil. Hoje, cada um dos mais de 200 milhões de brasileiros, salvo raras exceções, tem, ao menos, um “avozinho” português. Eu tenho muitos e de diversas partes de Portugal, inclusive daqui dessa linda cidade do Porto e redondezas.

Vamos lá!

A exemplo de alguns antepassados de Lisboa, dos quais conhecem-se até os nomes das ruas em que viveram há mais de trezentos anos, aqui no Porto, ao menos um nome de rua é conhecido. Trata-se da “*Rua das Congostas*”, denominação estranha, cujo significado é confuso, pois “*congosta*”, em português antigo, é “*caminho estreito e comprido, mais ou menos declivoso*”. Assim, penso que a denominação correta seria apenas “*congostas*”, como, aliás, consta em alguns documentos, “*morador nas Congostas*”, em português contemporâneo, beco, travessa, viela etc. Contudo, meu antepassado Antônio de Leão, em vários assentos, é qualificado como “*morador na **Rua das Congostas***”.

Enquanto os meus “nobres” lá de Lisboa andavam me rodeando para eu dar publicidade à “fidalguia” deles, aqui no Porto, sinto um certo ar de constrangimento por parte de meu avozinho Antônio de

Leão. Porém, antes de avançar um pouco mais em sua história, cabe-me dizer algumas palavras sobre a apaixonante cidade do Porto.



Vista parcial do centro histórico da cidade do Porto

Embora este “CADERNO DE VIAGEM” não pretenda ser um relato turístico, não há como não quebrar o protocolo.

Portugal deve sua denominação à cidade do Porto que, desde o ano 200 A.C., era conhecida como “*Portus Cale*”, vindo, mais tarde, tornar-se Condado Portucalense, de onde se formou a nação portuguesa. Dom Afonso Henriques, que viria a se tornar o primeiro Rei de Portugal, rebelou-se, após a morte de seu pai, D. Henrique, Conde de Portucale, contra sua própria mãe, Teresa de Leão. Armou-se cavaleiro e venceu as tropas de sua mãe na batalha de São Mamede, em 1128, assumindo o governo do Condado de Portucale. Depois, concentrou esforços no sentido de obter o reconhecimento como reino. Em 1139, depois da vitória na batalha de Ourique contra um contingente mouro, D. Afonso Henriques proclamou-se rei. A cidade do Porto jamais foi conquistada ou derrotada, por isso, à sua denominação, juntou-

se o epíteto "*Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta*", qualificação essa ratificada por decreto de D. Maria II de Portugal no Século XIX.

Hoje, com seus belos monumentos e edifícios históricos, suas vielas e ladeiras, a cidade nos envolve com um ar romântico e nostálgico, fazendo-nos mergulhar no passado.

E passado é, justamente, o que vim procurar...

Minha primeira missão seria identificar a antiquíssima "*Rua das Congostas*", onde alguns de meus antepassados residiram. Mas já sabia de antemão que essa viela não existe mais. Mesmo assim, encontrei referências que indicam onde ela se localizava, bem como identificam alguns prédios remanescentes que ainda resistem ao tempo, às intempéries e ao progresso.



Prédios remanescentes da antiga "*Rua das Congostas*"

A "*Rua das Congostas*" surgiu a partir de 1525, quando os frades de São Domingos ofereceram um terreno da sua propriedade aos portuenses que quisessem edificar. Muitos aceitaram a liberalidade dos dominicanos, e logo se formou a "*Rua as Congostas*".

Um dos fundadores da nova rua chamava-se Pero Barrios, judeu oriundo de Castela, oficial de tecidos, de prata e ouro. Estabeleceram-se ali lojas e boticas de diversas modalidades, a saber, ourives, comerciantes de panos, alfaiates, boticários etc, com predominância dos sapateiros. E para entender uma determinada situação que será relatada mais à frente, cabe esclarecer que os sapateiros e demais artesãos que trabalhavam com couro exerciam certo poder nessa região da cidade do Porto. Tanto é verdade que foi fundada ali "*por indivíduos pertencentes às artes de Sapateiro, Surradores e Artífices do Couro*" a "*Confraria e Albergue dos Palmeiros de S. Crispim e S. Crispiniano*".

Essa Confraria dos Sapateiros, ou Hospital dos Palmeiros, era representada por provedores, procuradores, vigários, mordomos, oficiais ou "*homens bons*", sendo que ela ainda subsiste sob o nome de



Vista parcial da Praça e Cais da Ribeira

Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, provavelmente a mais antiga Irmandade ainda em atividade regular até os dias de hoje<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> *conf.* Apontamentos para a história da Confraria dos Sapateiros e Hospital dos Palmeiros nos séculos XIV a XVI - OLIVEIRA, Maria Helena Mendes da Rocha.

E é aí que encontraríamos meus 10<sup>os</sup> avós, Antônio de Leão, “*sapateiro, morador na rua das congostas*”, e Maria Álvares<sup>14</sup>, na primeira metade dos anos 1600. Ela, de alcunha “*a Charuta*”, mas também conhecida como “*Maria Leoa*”, “*vendeira que foi de sal junto à praça da Ribeira da Banda da Lada, Freguesia de São Nicolau*”, que fica à margem do Rio Douro, oposta à vizinha Vila Nova de Gaia.

Já sabemos que a “*Rua das Congostas*” não existe mais. Em contrapartida, a Praça da Ribeira mantém essa denominação até nossos dias, localizando-se no Bairro da Ribeira. Consta que minha 10<sup>a</sup> avó tinha seu comércio de sal na Praça da Ribeira, porém mais para a “*banda da Lada*”.



Largo e Rua da Lada

A Rua da Lada passa por um largo junto a “*O Muro Antigo - Restaurante*” e, depois da escadaria, continua como viela entre os edifícios. Muito provavelmente, nesse largo, é que a família de minha 10<sup>a</sup>

---

<sup>14</sup> Vários registros mencionam Maria Alves, mas o correto é Álvares, de seu pai.

avó, Maria Álvares ou “*Maria Leoa*”, de alcunha “*a Charuta*”, exercia suas atividades mercantis.

Seria esse “*muro antigo*”, que denomina hoje um restaurante, daquela época?

Meus 10<sup>os</sup> avós, Antônio de Leão e Maria Álvares, conhecida como “*a Leoa*”, e/ou “*a Charuta*”, tinham boa condição econômica. Antônio de Leão, como membro da influente classe dos “*individuos pertencentes às artes de Sapateiro, Surradores e Artífices do Couro*”, certamente conseguiu estabilidade financeira, sendo que há notícia de que era proprietário de bens de raiz na cidade do Porto e terras na “*parte de cima do Douro*”. Pelo lado de minha 10<sup>a</sup> avó, a fama de riqueza já vinha de uma tia dela, Antônia Fernandes, também de alcunha “*a Charuta*”, igualmente “*tratante com sal*”, qualificada como “*mulher rica*”. Era benemérita de alguns sobrinhos e sobrinhas, cujos estudos custeava, bem como dotava a outros com recursos para se casarem. Interessante notar que essas mulheres, todas de alcunha “*a Charuta*”, é que comandavam esse comércio de sal na Ribeira, como se depreende de vários depoimentos prestados nos autos de habilitação a Familiar do Santo Ofício<sup>15</sup> do Frei Luís da Natividade, neto de Antônio de Leão.

João Fernandes Duarte, homem de negócios, natural e morador na Vila Nova de Gaia, que era parente dessas “*Charutas*” “*em segundo e terceiro graus em razão de sua avó materna ser irmã de Antônia Fernandes /cunhada de Antônio de Leão/, ambas filhas legítimas de Maria Fernandes<sup>16</sup>, a Charuta /sogra de Antônio de Leão/*”, disse também que “*se recorda que /ela, Maria Álvares/ tinha alcunha de Charuta, natural que foi desta Vila Nova de Gaia e moradora, conforme notícia certa, no Buraco junto à praça da Ribeira, onde sendo solteira, vivera com sua irmã Antônia Fernandes, a Charuta, tratante de sal e ela a casara com o dito Antônio de Leão, e eram filhas de Maria*

---

<sup>15</sup> Familiares do Santo Ofício eram pessoas que se vinculavam à Inquisição, prestando serviços aos inquisidores e auxiliando-os no exercício de suas funções.

<sup>16</sup> Índice Geral de Prazos e Notas 1429 - 1780 Cota IA-27 do Arquivo Histórico Municipal do Porto, consta a seguinte notação: “1653 Agosto 9 Lugar para vendagem Praça da Ribeira Maria Fernandes, por alcunha a Charuta”

*Fernandes, a Charuta, todas três naturais desta Vila Nova, e a dita Maria Fernandes, a Charuta, diziam fora casada com 'fulano' Álvares, natural dos Arcos do Valdevez”.*

Já Manoel Fernandes Brandão, natural de Arouca, Bispaço de Lamego, mas morador na freguesia de Santa Marinha da Vila Nova de Gaia, declarou que *“conheceu de vista e saudação a que se diz Maria Álvares que alcunha tinha e lhe chamavam ‘a Charuta’, vendeira que foi de sal junto à praça da Ribeira da Banda da Lada, Freguesia de São Nicolau da cidade do Porto”*. Outro depoente, Antônio Fernandes de Sampaio, sapateiro, morador na Vila Nova de Gaia, de idade de 80 anos, lembrou-se que, ao ser mencionada a alcunha *“a Charuta, conheceu a uma Antônia Fernandes, a Charuta, moradora que foi na Lada, tratante com sal, mulher rica, e por não ter filhos, casara a umas sobrinhas, e uma das quais era mulher de um Amaro Rodrigues que tinha um filho frade Carmelita Descalço chamado Frei Joselin que lhe parece é hoje Prior num convento que tem na cidade do Porto, irmão da priora desse convento da Vila Nova /de Gaia/...”*

Antônio de Leão e Maria Álvares, ambos já bem estabelecidos em seus respectivos negócios na cidade do Porto, casaram-se na Igreja de Santa Marinha, em 1630, na vizinha Vila Nova de Gaia, naturalidade da noiva. Estabeleceram residência na *“Rua das Congostas”*, onde, entre 1631 a 1647, tiveram quatro, talvez cinco filhos, e eu poderia encerrar a história dessa família com o famoso *“e foram felizes para sempre”!*

Contudo, sem querer fazer um juízo apressado e infundado da situação, mas já o fazendo, creio que dinheiro é o mal que corrompe corações, fomenta ganância, destrói amizades, pulveriza amores... Como diz a canção de Paulinho da Viola, *“dinheiro na mão é vendaval /... / cada um trata de si / irmão desconhece irmão”*.

Pois bem, num determinado dia ou noite, ou ao entardecer, meu 10º avô Antônio de Leão assassina sua esposa, Maria Álvares, *“a Leoa”* e/ou *“a Charuta”* de alcunha, *“com /golpes de/ uma adaga”!* O homem foge, esconde-se! O tempo passa... Bem mais tarde, mais ou

menos vinte anos depois desse fato, em 1670, Antônio de Leão, já vivendo “*na parte de cima do Douro*”, onde tinha terras, é brutalmente assassinado com “*uma pedrada que lhe dera um sobrinho /.../ em razão de umas diferenças que tiveram*”!

Caramba! Sobrinho? Sobrinho de sua falecida mulher? “*Diferenças*”? Vingança? Não sei o que pensar...

No assento de óbito de Antônio de Leão, diz-se que o “*herdeiro seu genro Joseph da Silva morador no Porto no dia do seu falecimento lhe mandou fazer um ofício de dez padres*”.

Essa trágica história foi mencionada “*en passant*” no volumoso processo de habilitação a Familiar do Santo Ofício do Frei Luís da Natividade<sup>17</sup>, neto de Antônio de Leão. O interessante a destacar, é que esses processos (“*de genere et moribus*”) tinham como objetivo comprovar que o requerente, seus pais e avós eram “*limpos de sangue*”, ou seja, sem raça de judeu, mouro, negro ou qualquer outra “*raça infecta ou herege*”, que tinham recursos econômicos e que eram de boa reputação, para que o interessado pudesse ser qualificado para o cargo ou à ordem que pleiteava. A capacidade econômica tinha importante peso, pois poderia sanar os “defeitos” que por ventura fossem detectados no currículo do requerente. É o que se percebe nesses autos, pois os inquisidores, mediante as diligências feitas, descobriram que o tal frei tinha sangue negro pelo lado paterno e que o avô materno assassinara sua esposa, avó do requerente, fugindo da cidade do Porto (abandonando os filhos menores?), vindo a ser morto “*com um pedrada que lhe dera um sobrinho*” (vingança de um sobrinho de sua esposa?). O Tribunal do Santo Ofício relevou a questão racial, fundamentando sua decisão no fato de tal “fama” ser muito longínqua e de não ter sido possível apurar “*de que negro*” provinha o “defeito”, considerando, então, o requerente cristão velho e limpo de sangue. No que diz respeito à má conduta de Antônio de Leão, avô materno do requerente, o acórdão sequer faz menção ao fato. Assim, o Frei Luís da Natividade foi habilitado a Familiar do Santo Ofício.

---

<sup>17</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Luís, mc. 41, doc. 673

Andando pelo Cais da Ribeira, absorto em minhas viagens ao passado, de repente, um susto! É Antônio de Leão, o sapateiro, meu desventurado 10º avô?

Não, claro que não! É um artista performático, que já ganhou vários concursos de estátuas vivas... Merece um Euro!



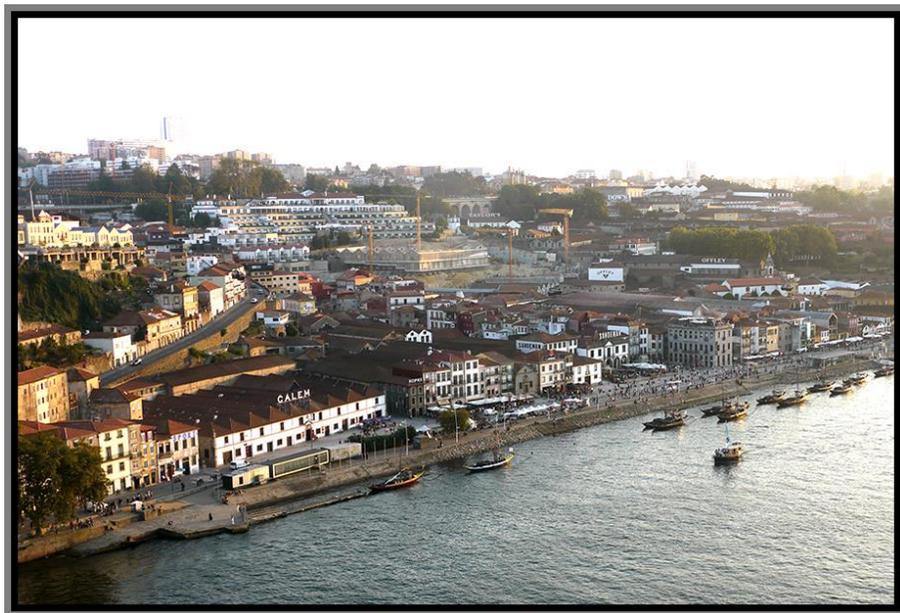
“Antônio de Leão, sapateiro morador na Rua das Congostas”

Agora, descanse em paz, vovô Antônio de Leão! Eu ia lhe pedir desculpas por trazer sua história à tona depois de três séculos!

Contudo, creio que você queria isso, não? Acho que sim! Caso contrário, eu jamais teria encontrado os documentos. Ou terá sido minha avozinha Maria Álvares, “a Leoa”, ou “a Charuta”, que, indignada, quis dar publicidade a seu crime, que passou impune?

Bom, antes de deixar a cidade do Porto, olhei bem aquele “muro antigo”, fazendo dele meu Muro das Lamentações, depositando ali, mentalmente, minhas preces...

A viagem continua! Tenho outras localidades a visitar, outras histórias a contar...



**Vila Nova de Gaia**

### Capítulo III

## SANTO ESTÊVÃO À VISTA!

Longe do “*glamour*” de Lisboa e Porto, bem ao norte de Portugal, a poucos quilômetros da fronteira com a Espanha, localiza-se a pequena Vila de Santo Estêvão, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real, onde nasceu meu 6º avô, João Gonçalves de Mello, por volta de 1720. A Igreja Matriz de Santo Estêvão foi construída no Século XVIII e talvez seja a mesma, com algumas reformas, em que foi batizado meu antepassado.



Igreja de Santo Estêvão

Mas, a atração turística principal da vila é o Castelo de Santo Estêvão

João Gonçalves de Mello era filho de Francisco Gonçalves e Anastácia Pires de Mello e veio para o Brasil nas primeiras décadas dos anos 1700. Estabeleceu-se na região de São João del Rei, Minas Gerais,

onde amealhou fortuna e deixou grande descendência<sup>18</sup>. O leitor mais atento se lembrará que já o mencionei no capítulo “Lisboa à vista!”. Ele se casou com Ana Quitéria de Souza, filha de José da Costa Fialho, o barbeiro.

Essa rápida visita a Chaves, eu a fiz virtualmente, colhendo imagens e informações “dando um Google”, como se diz.

Eu tinha, sim, planos de ir até Chaves, contudo, logo no início de minha viagem a Portugal, recebi a notícia da morte repen-



Castelo de Santo Estêvão

tina e prematura de meu sobrinho Rudicar Antônio Câmara, ocorrida em Passos, MG, no Brasil, o que me deixou emocionalmente abalado.

O cansaço da viagem, a adaptação ao fuso horário, a triste notícia no meio da madrugada e o abatimento emocional me deixaram inseguro quanto a aventurar-me por estradas portuguesas, ainda que de

---

<sup>18</sup> Auto do Inventário de João Gonçalves de Mello, Museu Regional de São João del Rei, Ano: 1772, Caixa: 534

excelentes condições. Por outro lado, fazer o percurso por ônibus (autocarro, em português de Portugal) seria bem mais demorado e teria que estender o roteiro de viagem, o que não seria possível.

Assim, deixo para uma próxima visita a Portugal a ida a Santo Estêvão, distrito de Chaves.

Tudo bem para você, vovô João Gonçalves de Mello?

---



**Monumento a João Gonçalves Zarco, o primeiro Câmara**

## Capítulo IV

### ILHA DA MADEIRA, À VISTA!

A pesquisa genealógica tem como fio condutor os nomes de famílias. No entanto, não se pode dizer que todos que tenham sobrenomes iguais compartilham a mesma ascendência e/ou mesma origem, pois os sobrenomes eram atribuídos às pessoas em razão de circunstâncias diversas, nem todas claramente entendidas (cf. Apêndice - pag. 55).

Meu interesse pela genealogia se deveu à curiosidade em saber de onde, de quem e a que título, herdara o sobrenome Câmara.

Meu falecido tio, Sebastião Rodrigues Câmara (Tatão), irmão de meu pai, era depositário de uma rudimentar memória familiar. Não sei bem o porquê, mas esse meu tio me elegeu como o receptor de seus conhecimentos históricos-genealógicos. Eu tinha por volta de seis ou sete anos de idade, ele me chamava para mostrar fotos, documentos e contar a história da família. À época, eu era apenas uma criança ansiosa para me livrar do tio e ir brincar com os primos. Bastava ele “respirar”, que eu saía correndo, enquanto ele ainda fazia questão de, em voz mais alta, me passar mais alguma informação sobre algum antepassado... Dessas várias oportunidades, apenas um trecho de uma frase ficou gravada em minha memória infantil: “...os Câmaras eram donos de ilhas...”

Muitos anos mais tarde, meu tio já falecido, e eu, homem feito, resolvi desvendar aquela frase. Lembro-me do meu primeiro passo nessa embriagante viagem que é a genealogia...

Morava em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, fui à biblioteca da Universidade Federal Fluminense, onde cursava Direito, e consultei o verbete “Câmara” na Enciclopédia Luso-Brasileira, edição de 1929. Qual não foi minha surpresa ao me deparar com a resenha sobre João Gonçalves Zarco, navegante português, descobridor e povoador da Ilha da Madeira, nobilitado com o nome de João Gonçalves da Câmara de Lobos, titular da Capitania do Funchal.

Seus descendentes deram prosseguimento à administração da capitania do Funchal e promoveram também a colonização dos Açores!

Caramba, aquela frase solta de meu tio fazia sentido!

A partir de então, contaminado por um certo “vírus genealógico”, enveredei-me por essa loucura que é a busca pelos antepassados... Foram mais de duas décadas de pesquisa para comprovar que, de fato, meu sobrenome Câmara provinha, sim, daquele navegante português descobridor da Ilha da Madeira.

Uma vez estabelecida a cadeia genealógica desde o primeiro Câmara até a este “*que vos fala*”, entendi que era o momento de ir conhecer a “pátria dos Câmaras”.

No dia 03 de outubro de 2018, a bordo de uma aeronave da EasyJet, parti de Lisboa em direção à Ilha da Madeira, cinco séculos depois de o navegante João Gonçalves Zarco, comandando uma pequena frota de caravelas, como cascas de noz boiando num imenso mar “*nunca dantes navegado*”, tomar o mesmo destino...

A Ilha da Madeira é uma Região Autônoma pertencente à República Portuguesa, cuja capital é a cidade de Funchal, localizada à 972 km de Lisboa .

Um pouco de história...

O navegante português, João Gonçalves Zarco, no início da era das descobertas marítimas, por volta de 1418, juntamente com Tristão Vaz Teixeira, comandavam naus a serviço da coroa portuguesa, combatendo os mouros na costa da África. Acoados pelos árabes, afastaram-se do litoral, descobrindo o arquipélago da Madeira. Os historiadores preferem dizer que houve apenas um "redescobrimento" daquelas ilhas, que já eram indicadas em antigas cartas marítimas italianas desde 1351.

Em 1419, uma nova expedição foi realizada para um reconhecimento mais detalhado da nova descoberta. Nessa viagem, juntou-

se a Zarco e Tristão o italiano Bartolomeu Perestrello. Navegaram em torno das ilhas, dando nomes aos acidentes geográficos mais destacados. Em determinado ponto da costa da Ilha da Madeira, cujo nome deveu-se à sua densa vegetação, a expedição surpreendeu uma colônia de lobos marinhos (antiga denominação dos mamíferos hoje conhecidos como leões marinhos), aninhada num abrigo natural, em forma de gruta, caverna, compartimento, câmara. Promoveu-se uma animada caça àqueles animais e o local ficou conhecido como Câmara de Lobos, topônimo que persiste até os dias de hoje, denominando a cidade sede de um município da Região Autónoma da Madeira.



Distância entre Lisboa e Funchal

Em Portugal, Zarco relatou ao rei sua expedição, dando conta das principais ocorrências, incluindo o inusitado incidente com os lobos marinhos.

Por volta de 1425, D. Afonso V determinou o início da colonização das ilhas. Dividiu o arquipélago em capitânias, Funchal, Machico e Porto Santo, outorgando-as a Zarco, Tristão e Perestrello, respectivamente. Algumas décadas mais tarde, diante do sucesso obtido

por aqueles homens na administração de suas capitanias, o rei confirmou as concessões e concedeu-lhes títulos de nobreza, armando-os cavaleiros de sua corte.

Particularmente a Zarco, o Decreto-Real de 04 de julho de 1460, que o nobilitou, alterou seu nome para João Gonçalves de Câmara de Lobos, concedendo-lhe o respectivo brasão. Inaugurou-se, então, um novo nome de família, que, transmitido de geração a geração, de um lugar a outro, de uma época a outra, aportaria, cinco séculos mais tarde, numa pequena cidade do interior de Minas Gerais, Formiga.



**Vista Parcial da Cidade de Câmara de Lobos**

Quando o avião da EasyJet aterrissou no Aeroporto Cristiano Ronaldo na Ilha da Madeira, já era noite, por volta das 20:30 horas. Eu estava, além de tomado pela emoção de estar prestes a pisar no solo da “pátria” dos Câmaras, ansioso pelo dia seguinte, pois queria, de imediato, conhecer a emblemática cidade de Câmara de Lobos!

A topografia da Ilha da Madeira é muito acidentada, assim, a bela Câmara de Lobos fica encravada entre o Cabo Girão, ponto mais

alto da ilha, e as íngremes encostas, espraiando-se pelo litoral. Não há sinais de prédios e monumentos contemporâneos de meus antepassados, que, aliás, não sei se efetivamente tiveram residência nessa cidade.

Pergunto a meu 7º avô, Manoel Muniz da Câmara, se, ao menos uma vez, ele esteve em Câmara de Lobos... Ele dá de ombros, pois está mais interessado que eu vá conhecer a pequena vila onde ele nasceu e viveu sua infância.

Com certeza, terá, sim, passado por essa cidade, que está a meio caminho entre Tabua e o Funchal, hoje a capital da Região Autónoma da Ilha da Madeira. Desta, terão meu ancestral e seu irmão João embarcado para o Brasil no início dos anos 1700.

*Tábua à vista! Vamos lá, vovô!*

Meu 7º avô percebe que pronunciei incorretamente o nome da pequena vila de sua naturalidade. Diz-me que a denominação correta é Tabua mesmo. Não é Tábua. Tabua é uma espécie de vegetação comum em brejos e às margens de rios. No Brasil, a nomenclatura usada é paineira-do-brejo.

Feito esse esclarecimento, para o agrado de meu avô madeirense, passemos à sua história.

Como já foi dito no início deste capítulo, a família Câmara surgiu com João Gonçalves Zarco, navegante descobridor da Ilha da Madeira, que foi nobilitado e agraciado com a Capitania do Funchal por D. Afonso V, acrescentando-lhe ao nome o topônimo “*de Câmara de Lobos*”.

*"Joham Gomçalluez de Camara de Lobos Cartas das Armas que lhe foram dadas em synall de nobreza Dom Affonso pela graça de Deus Rey de Portugall e do Algarue /.../ e señor de Cept e Halçaçer em Africa. A quantos a esta carta uirem fazemos saber que /.../ armas e apelljdo lhe damos e emsjnuamos e alleuãtamos e nos sobredjto Joham Glz, de Camara de Lobos e a uossos legitjmos herdeyros os quaes de uos deçenderem /.../ Dada em nossa ojlla de Samtarem quatro dias do mes de Julho Pedraffossor veedro de nossa fazemda das cousas q.*

*pertencem a todollos feitos mar onciano o fez per nosso mādado anno de nascim.to de nos-so Señor Jhesu Xpo.de mill e iiij sassenta*<sup>21</sup>.

Como se nota no trecho da “*Carta de Armas*” acima transcrito, o título de nobreza foi concedido a João Gonçalves de Câmara de Lobos e a “*vossos legítimos herdeiros os quais de vós descenderem*”.

Não detecto ar algum envaidecido no semblante de meu 7º avô, Manoel Muniz da Câmara, que se mostra indiferente à essa parte do documento.

Eu sei o porquê!

Os títulos de nobreza e honrarias eram transmitidos a herdeiros legítimos, assim entendido os primogênitos e por varonia. Portanto, João Gonçalves Zarco, nobilitado como João Gonçalves de Câmara de Lobos, foi o primeiro capitão da Ilha da Madeira, Capitania do Funchal, sucedendo-lhe, no governo da capitania, seu filho homônimo, João Gonçalves da Câmara. Dessa forma, foi a Ilha da Madeira, especificamente a Capitania do Funchal, governada pelos Câmaras por várias gerações.

Os demais filhos de Zarco, fora da linha de sucessão, obtiveram privilégios de menor relevância, como foi o caso de meu 14º avô, Garcia Rodrigues da Câmara, que recebeu o título de fidalgo. Com relação às quatro filhas, Zarco, entre mandá-las para o convento, como era praxe, e encaminhar-lhes a vida profana, preferiu a segunda opção. Peticionou ao Rei de Portugal no sentido que mandasse à Ilha da Madeira quatro jovens, de boas famílias, para se casarem com suas filhas. Seu pedido foi prontamente atendido por sua alteza D. Afonso V que lhe endereçou uma carta nos seguintes termos: “ */.../ ahi vos mando quatro fidalgos para casardes vossas filhas, que se vós os dotares a elles segundo suas qualidades, eu vos terei por muito honrado e a elles por bem favorecidos /.../*”

---

<sup>21</sup> Místicos, Livro III, às fls.56, v.

Os descendentes de João Gonçalves Zarco, ainda que fora da linha sucessória da Capitania do Funchal, mantinham um certo “*status*” de nobreza, casando-se com pessoas da mesma condição social.

Foi assim por várias gerações até chegar a meu 8º avô, o Capitão Francisco Muniz da Câmara, pai de Manoel Muniz da Câmara, que me parece pouco à vontade com o que vou contar.

Mas a exemplo de outro ancestral, Antônio de Leão, da cidade do Porto, cuja desventurada história relatei, creio que, sem um consentimento quântico deles, eu não teria desvendado essas situações constrangedoras. Portanto, sinto-me à vontade para esmiuçá-las.

No caso de Manoel Muniz da Câmara, os fatos não são tão trágicos quanto aos do Leão e têm um tom mais novelesco.

O historiador e genealogista Henrique Henriques de Noronha compilou, no século XVIII, o Nobiliário da Ilha da Madeira<sup>22</sup>, através do qual pude compor a cadeia genealógica a que me referi acima, até João Gonçalves Zarco, o 1º Câmara. Esse nobiliário trata, a rigor, das “famílias nobres” da Ilha da Madeira, mas não só delas, tendo em vista os casamentos mistos, envolvendo plebeus.

E é aí que entra a história de meu 7º avô, Manoel Muniz da Câmara, que é citado no Nobiliário da Ilha da Madeira.

Ele nasceu no mês de setembro de 1671, na Freguesia de Tabua, Conselho de Ribeira Brava, Ilha da Madeira, batizado na Igreja da Santíssima Trindade, cujo assento vai transcrito e reproduzido abaixo:

*“Em os 14 de 7brº. de 1671 @ Eu Diogo Miz. Uzel Vig<sup>r</sup>. desta Ig<sup>a</sup>. da Sm<sup>a</sup>. Trindade da Atabua baptizei a Manoel f<sup>o</sup>. de Fr<sup>co</sup>. Muniz da Camara e de sua criada Inês da Trindade meus fregueses foi*

---

<sup>22</sup> Nobiliário da Ilha da Madeira - 3 volumes, de Henrique Henriques de Noronha - Edição da Biblioteca Genealógica Latina, 1948.

padrinho Fr<sup>co</sup>. Gomes Guedes meu freguez. O Vig<sup>ro</sup>. Diogo Miz. Uzel".<sup>23</sup>

em 17 de Junho de 1674 a Su. Diogo Miz. Uzel  
freguez da Igreja da Santissima Trindade de Tabua  
deu a Manoel f<sup>co</sup> natural de São Miguel  
da Câmara de São Miguel da Freguesia de  
São Miguel f<sup>co</sup> padrinho de Gomes Guedes meu  
freguez da Igreja da Santissima Trindade  
de Tabua de São Miguel da Freguesia de  
São Miguel da Câmara de São Miguel



Igreja da Santíssima Trindade em Tabua

Tabua é, ainda hoje, uma pequena vila. A Igreja da Santíssima Trindade, de torre única, com certeza se ergue no mesmo local do primitivo templo onde meus 8<sup>os</sup> avós, Francisco Muniz da Câmara e

<sup>23</sup> Microfilme 1156468, rolo 432, volume M-3 (415), fl.47 do livro original – ISUD (Mórmons)

Inês da Trindade se casaram e seus filhos foram batizados. De qualquer maneira, contemplando aquela paisagem bucólica, um indisfarçável ar de contentamento toma conta de minha alma! Como já disse noutras passagens aqui neste relato, mais uma vez a conexão presente e passado se formaliza...

Meu avozinho madeirense me faz um gesto de impaciência, afinal eu comecei a narrar a história de sua família e perdi o fio da meada. Ok, retomo o rumo! Recorrendo ao Nobiliário da Ilha da Madeira, verifica-se que Francisco Muniz da Câmara foi, inicialmente, casado com Dona Beatriz de Freitas que, pelo tratamento, era também de família nobre. Contudo, como se observa no assento de batismo de meu antepassado Manoel Muniz da Câmara, o “inocente” era filho de “*de Francisco Muniz da Câmara e de sua criada Inês da Trindade*”. Outros três filhos foram batizados em anos subsequentes, tendo como mãe essa mesma Inês da Trindade, que não tinha tratamento de “*dona*” e, obviamente, não era a Dona Beatriz de Freitas.

Alinhava-se, então, um roteiro de novela.

Dona Beatriz, a esposa nobre, não gerou filhos, o que consistia à época, uma obrigação inescusável da mulher. Talvez fosse estéril, ou estivesse acometida de doença, ou vítima de algum acidente, que a deixara em estado vegetativo. Embora não se faça apologia a conduta de Francisco Muniz da Câmara, o fato é que essa circunstância o levou a se envolver com a tal Inês da Trindade, qualificada como “*sua criada*”, como consta no assento de batismo de Manoel Muniz da Câmara, meu 7º avô.

Seria essa criada atraente? Com certeza, era jovem.

Inês da Trindade, a criada, era filha de Francisco Fernandes, “*meus pecados*” de alcunha, e Cecília Antunes, casal de origem humilde, mas de boa índole, moradores na Freguesia do Campanário.

O envolvimento da filha com seu patrão certamente causava constrangimento e desgosto a seu pai, Francisco Fernandes, que vivia a se lamentar, murmurando pelos cantos, que a filha o fazia pagar todos seus pecados, daí sua alcunha.

Boas histórias, por mais prosaicas que sejam, têm finais felizes. Vejamos!

Francisco Muniz da Câmara era de origem nobre, homem de bons princípios morais. Tão logo se apresentou a oportunidade – provavelmente ao se enviuvar ou mediante especial licença da Igreja - retomou as atitudes nobres, legitimando a companheira e os respectivos filhos com o casamento. De 1672, é o registro:

*"Em os 16 de junho de 1672 anos, eu Diogo Martins Uzel, vigário nesta freguesia da Santíssima Trindade de Atabua, recebi em face da Igreja a Francisco Muniz da Câmara, filho de Pedro Berenguer de Lemilhana e de sua mulher dona Maria da Câmara, já defuntos, com Inês da Trindade, filha de Francisco Fernandes Neto e de sua mulher Cecília Antunes, e os recebi sem banho algum por assim mandar por seu despacho o Ilustríssimo Reverendíssimo sr. Dr. Francisco Gabriel de Almeida, bispo deste Bispado do Funchal. Foram presentes Francisco Gomes Guedes e Manoel Francisco Gabriel da freguesia de Nossa Senhora da Piedade e os outros todos são desta freguesia."*

Assim, nos assentos de batismo dos próximos filhos do casal, além de constar que eles eram legítimos, menciona-se, também, que Inês da Trindade era “*esposa já, que tinha sido sua criada*”. Foi o caso de João, irmão de Manoel Muniz da Câmara, batizado aos onze de julho de 1673, conforme assento transcrito resumidamente na Revista Genealógica Latina, nº 9/10, p.155:

*“1673 Jul 11 (55) João, filho legítimo de Francisco Muniz da Câmara e Inês Trindade (esposa já, e que tinha sido sua criada)”*.

Quando disse que meu antepassado talvez se sentisse um pouco constrangido com essa história, acho que exagerei na dose. Não creio que ele tenha sido alvo de discriminação por ter sido filho natural de um nobre com uma criada da casa, pois, quando tinha apenas nove meses de idade, seus pais se casaram, regularizando a situação religiosa e civil daquela união.

Da mesma forma, quando disse que Manoel Muniz da Câmara mostrou-se indiferente às suas origens nobres, na verdade quis dizer que esse “*pedigree*” não lhe rendeu qualquer benefício. Não herdou título, nem propriedades, nem dinheiro algum. Seu pai, Francisco Muniz da Câmara, tinha patente de Alferes, num ou outro documento ele é mencionado como Capitão, mas não deixou bens ou valores por ocasião de sua morte. É o que se constata no assento de seu óbito, ocorrido aos quatro dias do mês de abril de 1680, onde se lê que “*não fez testamento por não ter de quê*”.

Manoel Muniz da Câmara tinha nove anos de idade, quando seu pai faleceu. Sua mãe, Inês da Trindade, viria a se casar, em segunda núpcias, dois anos mais tarde, aos 6 de julho de 1682, com Pedro da Silva Uzel, de quem teve outros filhos. Não foi possível apurar se Pedro assumiu os quatro filhos, todos menores de idade, que Inês trazia do matrimônio anterior. Uma coisa é certa, os enteados, assim que alcançassem idade entre 12 e 15 anos, tratariam de “*embarcar para fora do Reino*” em busca de fortuna, como era praxe à época.

No Brasil, o primeiro registro encontrado relativo a Manoel Muniz da Câmara foi o de 20 de maio 1709, em São Paulo, onde, já casado com a paulista Domingas Pinheiro Cardoso, batizava a filha Rosa. Nesse assento, seu nome aparece grafado como Manoel Muniz ***Cabral***. Seu irmão João também é detectado por essa época em Minas, da mesma forma, com nome alterado, qual seja, João Muniz ***César***. Essa questão de troca de nomes é bem intrincada, por isso não vou me enveredar por ela em razão do estreito alcance deste relato. Contudo, deixo consignado que consegui confirmar que esses dois personagens de sobrenomes alterados eram, de fato, os mesmos aqui tratados.

Embora eu tenha, primeiro, passado pelo continente, devo deixar claro que o principal objetivo desta minha viagem era, sim, conhecer a Ilha da Madeira, “*pátria dos Câmaras*”, como costume dizer. relatei no início deste capítulo que meu interesse por genealogia surgiu a partir daquela frase de meu tio Tatão: “*os Câmaras eram donos de ilhas*”, o que me levou a explorar o cipoal genealógico e ir descobrindo antepassados de várias origens étnicas, religiosas, sociais. Mas o fio

condutor da pesquisa sempre foi o sobrenome Câmara, cuja cadeia genealógica, abarcando dezoito gerações desde João Gonçalves Zarco, consegui traçar! Em nenhum outro ramo genealógico fui tão longe.

Missão cumprida!

Ainda não?

Desculpem-me, os eventuais leitores, mas não posso encerrar este relato. Há alguém aqui com ar indignado por eu não ter, ainda, mencionado seu nome. Trata-se de Manoel Gomes Rodrigues, também natural de Tabua, contemporâneo dos irmãos Câmara e que, muito provavelmente, foi para o Brasil na mesma nau que eles.

Ok, sr. Gomes Rodrigues, vamos à sua história!

Manoel Gomes Rodrigues e sua mulher, Maria Ferreira, batizaram duas filhas, Maria e Francisca, na Igreja da Santíssima Trindade da Freguesia de Tabua, Ilha da Madeira, em 1683 e 1687, respectivamente. Pode-se calcular que Manoel estivesse com cerca de vinte e cinco anos de idade ao batizar a primeira filha. Assim, estima-se seu ano de nascimento por volta de 1658, portanto era, aproximadamente, treze anos mais velho que meu 7º avô, Manoel Muniz da Câmara, nascido em 1671.

Os irmãos Manoel e João Muniz da Câmara embarcaram para o Brasil no início dos anos 1700, pois como já vimos, em 1709, meu 7º avô já estava casado e batizando uma filha, Rosa, em São Paulo. Mais tarde, por volta de 1710, Manoel Muniz da Câmara mudou-se para Minas, onde nasceram outros filhos, incluindo minha 6ª avó, Josefa Muniz da Câmara e sua irmã Ana Muniz da Câmara.

Eis que, em 1737, Manoel Gomes Rodrigues, com setenta e nove anos de idade presumivelmente, aparece, em Minas Gerais, como padrinho de batismo de Plácido, filho de Ana Muniz da Câmara, irmã de minha 6ª avó. E, surpreendentemente, dois anos mais tarde, em 1739, Manoel Gomes Rodrigues é mencionado como casado com Josefa Muniz da Câmara, minha 6ª avó, conforme o assento de batismo de um filho do casal na freguesia de São João do Morro Grande, hoje

Barão de Cocais, Minas Gerais. A rigor, então, Manoel Gomes Rodrigues seria meu 6º avô! Contudo, considerando que em 1739 ele já estaria com 80 anos de idade, e, ainda, que o casal Manoel Gomes Rodrigues e Josefa Muniz da Câmara teriam um total de dez filhos, um deles, meu 5º avô, Felipe Gomes Rodrigues da Câmara, nascido em 1750, ou seja, quando o sr. Gomes Rodrigues já estaria com 98 anos de idade, creio que é razoável supor que ele não foi o marido de Josefa Muniz da Câmara, e sim, seu sogro! Ou seja, ao que tudo indica, Manoel Gomes Rodrigues, digamos, o velho, teve um filho homônimo, este sim, meu 6º avô. Aliás, isso é deduzido a partir de assentos tributários de 1765, nos quais aparece um Manoel Gomes Rodrigues, que vivia em São Miguel da Boa Vista, ou do Mato Dentro, hoje a cidade de Rio Piracicaba, naturalidade de meu 5º avô e alguns de seus irmãos. Nesse ano, Manoel Gomes Rodrigues, o velho, se vivo fosse, estaria com mais de cem anos de idade.

O sr. Gomes Rodrigues balança a cabeça como quem diz que se não foi bem assim, não foi muito diferente disso. Entendo que ele tenha feito questão de ter sua história mencionada, pois, em termos onomásticos, seus sobrenomes (apelidos, em português de Portugal), Gomes Rodrigues, juntamente com o Câmara, se firmaram por várias gerações de meus antepassados, transmitidos de pai para filho. Interessante notar que os descendentes de Manoel Gomes Rodrigues, embora vivessem nas “Minas” numa moldura temporal na qual a maioria das pessoas eram analfabetas, tiveram, ao que parece, boa instrução escolar, como se pode notar por suas belas caligrafias, principalmente assinaturas, apostas em documentos da época.

A handwritten signature in cursive script, reading "Felipe Gomes Rodrigues da Câmara". The ink is dark and the handwriting is fluid and elegant.

Felipe Gomes Rodrigues da Câmara (1750-1818), pentavô

A handwritten signature in cursive script, reading "José Gomes Rodrigues da Câmara". The ink is dark and the handwriting is fluid and elegant.

José Gomes Rodrigues da Câmara (1786-1854), tetravô



Joaquim Gomes Rodrigues Câmara (1811–1850), trisavô:



Augusto Gomes Rodrigues Câmara (1834-1935), bisavô:



Hlúdio Gomes Rodrigues Câmara (1879-1954), avô

A história desses antepassados madeirenses e continentais não se resume a esse minguido relato. Além deles, há dezenas de outros ancestrais que não foram contemplados nessa visita, mas o serão em outras oportunidades.

No momento, encerro esta minha pequena viagem por Portugal e pelo passado. Gostaria de ter mergulhado mais fundo em ambos os sentidos. Contudo, tive que dividir o tempo com as incursões turísticas, do que não me arrependo, pois Portugal é um país riquíssimo culturalmente, repleto de monumentos, castelos, conventos, cidades simpaticíssimas (como Sintra, por exemplo) e apaixonantes (Porto, ah, “Oporto”), além de maravilhosa culinária, deliciosos vinhos e doces. Não se pode esquecer o povo português, simpático e acolhedor, que nos faz sentir em casa! Aliás, em casa mesmo, pois até a aparência física é bem similar a nossa, incluindo a miscigenação!

Bom, haverá muitas outras viagens, com certeza!

Até breve, “*toda gente*”<sup>24</sup>!

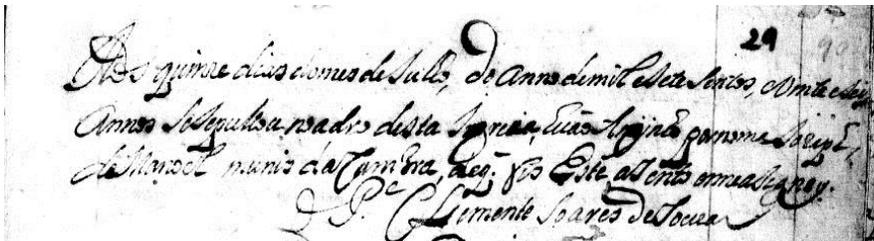
---

<sup>24</sup> Expressão portuguesa corresponde ao nosso “todo mundo”.

APÊNDICE  
SOBRENOME CÂMARA  
(OUTRAS ORIGENS)

Historiadores e genealogistas concordam que o sobrenome Câmara teve sua origem naquele decreto real de 4 de Julho de 1460, que nobilitou João Gonçalves Zarco, mas admitem variações. Esse nome de família seria também decorrente do título de nobreza "*Homem /ou Moço/ da Câmara del Rey*", daí resultando pessoas chamadas "*Câmara del Rey*", "*Homem da Câmara*" etc.

Outra corrente diz que o sobrenome é muito antigo em Portugal e seria originário das Astúrias (Espanha). Segundo essa versão, a partir de uma localidade chamada "*Cámara*", fundada à época da ocupação árabe, sob o nome original "*Qmara*", algumas famílias passaram a Portugal, com o nome "*de la Cámara*". Com o tempo, o apelido original foi aportuguesado, na forma arcaica, para "*da Cambra*" e, mais tarde, "*da Câmara*". Cambra era o nome de um rio na região norte de Portugal, hoje chamado Rio Alfusqueiro, sendo que o atual município denomina-se Vale do Cambra. É possível, portanto, que algumas famílias tenham adotado esse topônimo como sobrenome. Curiosamente, o sobrenome de meu antepassado Manoel Muniz da Câmara, num registro de batismo de um filho em 1726, aparece grafado como "*da Cambra*".



*“Aos quinze dias do mês de Julho do anno de mil setecentos e vinte e seis annos se sepultou no adro desta Igreja eu ao anjinho por*

nome Joseph de Manoel Munis da **Cambra**, d. que fiz Este assento o me/mesmo/ assigney: O P<sup>e</sup>. Clemente Soares de Souza.”<sup>25</sup>

Na "*História Genealógica de Portugal*" são citadas algumas pessoas com esse sobrenome. Cogita-se, dentro dessa tese, que os Câmara de Zarco descenderiam, pelo lado materno, desses Cambras asturianos.

Além disso, o sobrenome Câmara, com pequenas variações de grafia, Camera, Camaro etc, existe na Espanha e em outros países

Os “*de la Câmara*” aparecem, no censo de 1496 na Vila de Ocuña, Arcebispo de Toledo na Espanha, como “*desciendentes de convertidos de judíos*”, sendo eles “*Bernaldino de la Cámara, hermano del doctor de la Cámara, e de Hernando de la Cámara*”, “*Fernando de la Cámara, hermano del doctor Cámara*”, “*Gómez de la Cámara*”, “*Fernando, hijo de Alonso González de la Cámara*”. A curiosidade fica por conta do sobrenome “*Gonzales de la Cámara*”, cuja sonoridade coincide com o Gonçalves da Câmara, adotado pelos descendentes de João Gonçalves Zarco.

Em Portugal, judeus convertidos ou batizados à força, adotavam sobrenomes de seus padrinhos católicos. Foi o caso, por exemplo, de um certo “*Manoel da Câmara, hebreu de nação, cristão batizado, natural da cidade de Tetuan*”<sup>26</sup> (Marrocos), preso pela Inquisição em Tavira, Algarve, sul de Portugal, em 1664. Nesse processo, um certo João Coutinho, “*batizado e convertido do Judaísmo*”, declarou que, quando esteve em Tanger tratando de uns negócios, viu lá muitos judeus, onde tinham sua sinagoga, e, entre eles, dois conhecidos, sendo um “*Manuel da Câmara, que também se batizou nesta cidade /Tavira, Algarve/, e entende que foi seu padrinho o Conde de Ribeira Grande*”. Este tinha o nome civil de Manoel Luís Baltazar da Câmara e era descendente direto do navegador João Gonçalves Zarco, o mesmo ancestral

---

<sup>25</sup> Livro de Batizados de Barão de Cocais, Arquivo da Cúria de Mariana, Livro "B", nº 9.

<sup>26</sup> ANTT/ Inquisição de Lisboa, proc. nº 7835

de meu 7ºavô, Manoel Muniz da Câmara. O converso, cujo nome hebraico era Salomão Mexia, adotou, então, o nome de seu padrinho.

Há de se acrescentar, ainda, que sobrenome o Câmara foi atribuído a crianças recém-nascidas e abandonadas nas chamadas “Rodas da Câmara”, que se tratava de uma espécie de janela giratória nas portas principais das igrejas, santas casas e prédios públicos, justamente para esse fim. As Câmaras Municipais destinavam uma verba para a manutenção dessas crianças em orfanatos até que fossem adotadas, ou alcançassem a maioridade.

Nos Açores, existiu um orfanato instituído por um benemérito de sobrenome Câmara, sendo que muitas das crianças acolhidas ali recebiam o sobrenome Câmara.

No Brasil, era comum os negros escravizados adotarem o sobrenome dos respectivos senhores ao se casarem ou quando libertos. Em Minas, no início do século XVIII, viveu um nobre, o Coronel Manoel Bittencourt da Câmara, que tinha centenas de escravos e foi padrinho de batismo de dezenas deles, que, mais tarde, adotaram o sobrenome Câmara.

Em vários países da África Central, que não foram colônias de Portugal, encontram-se famílias com sobrenomes portugueses, embora com pronúncia afrancesada. É o caso de Câmara que é grafado sem o acento circunflexo e pronunciado como “*Camarrá*”. Indaguei a um senhor senegalês sobre a origem de seu sobrenome “Camara” e ele não soube me explicar, contudo disse que significava algo como “*estrangeiro*”.

Por fim, há de se destacar que alguns estrangeiros, ao chegarem no Brasil no Século XIX, costumavam, ao se naturalizarem, adaptarem seus sobrenomes à onomástica nacional, quer seja pela semelhança (Chambers/Câmara), quer seja pela sonoridade (Cammer/Câmara). Aliás, ocorrência inversa aconteceu nos Estados Unidos da América, onde os imigrantes portugueses anglicizavam seus sobrenomes, sendo exemplos: Câmara/Chambers, Homem/Holmes, Rodrigues/Rogers, Pereira/Perry etc.



Brasão da Família Câmara

## Índice

Cap. I - LISBOA, À VISTA!.....	9
Cap. II - PORTO, À VISTA!.....	27
Cap. III - SANTO ESTÊVÃO, À VISTA!.....	35
Cap. IV - ILHA DA MADEIRA, À VISTA!.....	39
APÊNDICE. SOBRENOME CÂMARA (OUTRAS ORIGENS)....	55

Copyright 2018 by Rubens R. Câmara

<https://www.facebook.com/RubensRCamara>

[rubenscamara@yahoo.com.br](mailto:rubenscamara@yahoo.com.br)